



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de divisórias leves para as edificações que abrigam unidades do TRESA na Grande Florianópolis.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A presente contratação atende a orientação da Administração para elaboração de novo processo de contratação em registro de preços para eventuais demandas de instalação de divisórias leves nas unidades do TRESA da Grande Florianópolis.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Com a instalação de divisórias espera-se obter maior eficiência e racionalização de custos com climatização pela divisão dos espaços, bem como atenuação acústica e bloqueio visual entre ambientes com diferentes usos, conforme necessidades específicas.

Após a execução dos serviços, espera-se que as divisórias sejam resistentes, tenham firme fixação e acabamento uniforme e durável, com estética apropriada ao ambiente institucional.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3.

A adequação do espaço físico das unidades do TRESA tem como objetivo proteger e resguardar o patrimônio público, além de garantir melhores condições de trabalho para os servidores e usuários da Justiça Eleitoral, indo ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado Estudo Técnico Preliminar, disponível no PAE n. 4.689/2021.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Divisória painel/vidro/vidro (PVV)	300 m <sup>2</sup>	300 m <sup>2</sup>
2	Divisória painel/painel/vidro (PPV)	300 m <sup>2</sup>	300 m <sup>2</sup>
3	Portas completas para divisórias	30 unidades	30 unidades

O cálculo de demanda foi baseado em solicitações de anos anteriores registradas na Seção de Engenharia e Arquitetura.

#### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares disponíveis no PAE n. 4.689/2021.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

MATERIAL	DESCRIÇÃO
<b>PAINEL</b>	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor Areia Jundiá. Altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso.
<b>ESTRUTURA</b>	Perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>VIDRO</b>	Vidros com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>PORTAS</b>	Porta completa para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 90x210cm (acessibilidade universal).
<b>FERRAGENS</b>	Dobradiças e fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento não é aplicável a esta contratação, por se tratar de um sistema completo de divisórias leves, cujos componentes são interdependentes e, juntos, proporcionam qualidade deste tipo de vedação interna.

Considerando a proximidade dos locais de instalação e a potencial economia de escala, sugere-se que a adjudicação seja global.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e  
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, podem ser considerados bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, do tipo “Menor Preço”, pelo sistema de registro de preços.

### 2.12. Impacto Ambiental

Em termos ambientais, os serviços de instalação de divisórias poderão gerar poeira e entulho, problemas que deverão ser minimizados pela realização dos cortes das peças em locais reservados (preferencialmente fora do ambiente de instalação) e pela adequada remoção e destinação dos entulhos.

Em termos logísticos, o quadro abaixo define as principais interferências da instalação das divisórias com outros sistemas da edificação, bem como como define a forma de realização dos serviços.

Natureza	Adequações Necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Eventual necessidade de deslocamento de canaletas para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Infraestrutura Elétrica	Eventual necessidade de deslocamento de canaletas e luminárias para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Mobiliário	Eventual necessidade de deslocamento para instalação das divisórias, de acordo com o layout preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Logística de Implantação	Conforme demanda das unidades. Antes da instalação das divisórias deverão ser avaliadas as interferências com outros sistemas de edificação e, se necessário, os Chefes das Unidades deverão abrir OSs na Central de Serviço para agendamento das adequações necessárias.
Espaço Físico	Realização do serviço em horários a combinar com os Chefes das Unidades.

### 2.13. Conformidade Técnica

- NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 11673:1990 – Divisórias leves internas moduladas. Perfis metálicos: Especificação.
- ABNT NBR 11675:2016 – Divisórias leves internas moduladas: Verificação da resistência aos impactos.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.14. Obrigações da Proponente

Fornecer todas as especificações necessárias à análise das propostas, conforme requisitos técnicos, e entregar amostras dos produtos, caso solicitado.

Apresentar na proposta os valores para divisórias do tipo painel/vidro/vidro (PVV) e painel/painel/vidro (PPV) por m<sup>2</sup> (metro quadrado) INSTALADO e, para portas, por conjunto completo INSTALADO.

### 2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa contratada, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.15.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, os servidores titulares das funções de chefia das unidades do TRESC na Grande Florianópolis e, da chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura, nas unidades da Capital, ou seus substitutos, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.5. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### 2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1 Visitar o local antes da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto.
- 2.16.2 Entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas no Projeto Básico e com os projetos disponibilizados pela SEA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.
  - 2.16.2.1 Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser previamente combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais das intervenções.
- 2.16.3 Entregar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) na tabela a seguir, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

Unidade	Contato	Endereço*
2ª Zona Eleitoral	<a href="mailto:zona002@tre-sc.jus.br">zona002@tre-sc.jus.br</a>	Rua Hermógenes Prazeres, 277, Centro. Biguaçu/SC.
12ª, 13ª e 100ª Zonas Eleitorais	Seção de Engenharia e Arquitetura <a href="mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br">cis-sea@tre-sc.jus.br</a>	Avenida Rio Branco, 797, Centro. Florianópolis/SC.
Sede, Anexos I e II do TRESC		Rua Esteves Júnior, 68 e 80, Centro. Florianópolis/SC.
Depósito Central		Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado. Palhoça/SC
24ª Zona Eleitoral	<a href="mailto:zona024@tre-sc.jus.br">zona024@tre-sc.jus.br</a>	Rua Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte. Palhoça/SC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

67ª Zona Eleitoral	<a href="mailto:zona067@tre-sc.jus.br">zona067@tre-sc.jus.br</a>	Rua Pedro Mansur Elias, 25, Sala 1, Centro. Santo Amaro da Imperatriz/SC.
29ª e 84ª Zonas Eleitorais	<a href="mailto:zona029@tre-sc.jus.br">zona029@tre-sc.jus.br</a> <a href="mailto:zona084@tre-sc.jus.br">zona084@tre-sc.jus.br</a>	Avenida Beira-Mar esquina c/ Rua Luiz Fagundes, Praia Comprida. São José/SC.

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios, conforme informado no contrato.

- 2.16.4 Substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.
- 2.16.4.1 Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 2.16.4.2 Correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.16.4.3 Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESP;
- 2.16.5 Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.
- 2.16.6 Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- 2.16.7 Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 2.16.8 Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.
- 2.16.9 Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.
- 2.16.10 Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.16.11 Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 2.16.12 Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.
- 2.16.13 Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 2.16.14 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEA/CIS/TRESP.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.15 Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.16 Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- 2.16.17 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.18 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.16.19 Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei n. 8.666/93: "O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado".
- 2.16.20 Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.
- 2.16.21 Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.
- 2.16.22 Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados.

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela Coordenadoria de Contratações e Materiais – CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos técnicos abaixo.

Material	Descrição
<b>PAINEL</b>	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor Areia Jundiá. Pannel com altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso, com o restante da altura em vidro ou pannel.
<b>ESTRUTURA</b>	Estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>VIDRO</b>	Vidros com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>PORTAS</b>	Porta completa para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 90x210cm (acessibilidade universal).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>FERRAGENS</b>	Fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.
------------------	---

### 3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Painéis com miolo MSO (“*honey comb*”), de 35mm de espessura e portas de 900mm, na cor Areia Jundiá. Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex.
- Perfis metálicos de tipologias diversas, na cor preta, da Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex.
- Fechadura Tubular Botão/Chave, Linha Divisória, cor preto (fosco), da Fechaduras Vouga.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

#### Observação:

A empresa vencedora deverá:

- fornecer todo o material e instalar as divisórias, de acordo com projeto disponibilizado pelo TRESC, com perfeito acabamento;
- conferir no local dos serviços as medidas das divisórias, vidros e portas solicitadas;
- em caso de dúvida do setor requisitante quanto ao objeto proposto, apresentar amostra do painel das divisórias e das fechaduras das portas.

Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, das 13 às 19h, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

### 3.1.2. Códigos SIASG

Divisórias navais: 313791.

### 3.1.3. Vigência

A vigência do contrato será contada a partir de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

### 3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2021.

PALMYRA FARINAZZO REIS REPETTE  
Integrante Demandante

NATÁLIA PIGATTO SILVEIRA  
Integrante Técnico

JOÃO BATISTA SARILHO DA SILVA  
Integrante Administrativo



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

##### 1.1.1 Seção de Engenharia e Arquitetura

Elaborar o Projeto de Divisórias de acordo com as necessidades das unidades demandantes e, ao final, solicitar sua aprovação por e-mail.

Esclarecer dúvidas da Contratada quanto a questões afetas ao Projeto de Divisórias.

##### 1.1.2 Chefe da Unidade Demandante (ou seu substituto)

Quando da aprovação do Projeto de Divisórias, se houver necessidade de adequações ou remanejamento das instalações elétricas, de ar condicionado, TI ou mobiliário, abrir Ordens de Serviço (OS) na Central de Serviços para as unidades responsáveis, com antecedência, de forma a não impactar o prazo de execução dos serviços.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados. Esses servidores terão autoridade para:

- Solicitar a imediata retirada de qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais.
- Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação.
- Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local de realização dos serviços.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da instalação dos materiais.

O Chefe da Unidade receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato. Se constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando com todas as despesas.

##### 1.1.3 Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, agendar visita técnica ao local de instalação das divisórias para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto, mediante contato prévio por e-mail com as unidades demandantes (de acordo com o quadro apresentado no item 2.16.3).

Quando necessário, esclarecer dúvidas sobre o Projeto de Divisórias com a Seção de Engenharia e Arquitetura pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O prazo de entrega e instalação será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

### 1.4. Prazos de Garantia

A garantia dos produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, 5 anos.

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio da Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/CIS/TRESC, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado:
- De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no termo de recebimento provisório, em até:
- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5%\* (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10%\* (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25%\* (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

(\*) Os percentuais de multa iguais a 5% (inexecução parcial), 10% (inexecução total) e 0,25% (diária) são decorrentes de recente entendimento do TCU por meio do Acórdão n. 2.274/2020 – Plenário.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS**

Não se aplica a esta contratação.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **Anexo III - Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **Anexo III - Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.